

A falta que faz a “mística”: o desafio da “identidade piqueteira”

Marco Fernandes

(militante do MTST)

Faz poucos meses, conversei com um dirigente de um dos movimentos piqueteiros mais massivos no país e ele me contou, com detalhes sórdidos, como Kirchner, pessoalmente, flertou com o movimento assim que assumiu a presidência, no começo de 2004. Chamou-lhes a uma reunião na Casa Rosada, e ofereceu milhares de “planes” (espécie de “bolsa família” pago pelo governo, a principal reivindicação dos piqueteiros), toneladas de cestas básicas, dezenas de cargos num Ministério e, claro, o vice-ministério para o dirigente. Depois de longas discussões internas, o movimento decidiu não aderir ao governo. “Seria um suicídio político”, sentenciou o piqueteiro.

Kirchner não titubeou em demonstrar as “razões de Estado”, e a tal organização passou de 70 mil planes para 30 mil, em alguns meses. Ou seja, mais da metade das famílias que seguiam o movimento, se foram. Muitos ficaram sem “plan”, enquanto algumas foram receber seu “plan” num outro movimento, provavelmente um que tenha aderido ao governo. Essa foi mais ou menos a regra de tratamento que o governo Kirchner usou para lidar com as organizações populares mais massivas que surgiram na história recente argentina. Sobretudo com os “piqueteiros de esquerda”.

A facilidade que o Estado encontrou para desmobilizar uma enorme parcela das “bases” dos movimentos piqueteiros é talvez a maior questão que se coloca hoje para estas organizações. É preciso voltar à velha pergunta gramsciana: “por que perdemos?”. Não são poucas as explicações para o refluxo dos movimentos populares argentinos: forte repressão estatal nos últimos anos (com dezenas de mortes e milhares de processos penais contra manifestantes), intensa campanha midiática difundindo uma péssima imagem dos movimentos, retomada temporária do crescimento econômico, conseqüente perda de apoio de uma parcela considerável da classe média, cooptação de grande parte dos movimentos que aderiram ao governo, excessiva fragmentação das organizações, entre outras. Mas seria interessante atentar para uma delas, talvez uma das menos discutidas no interior da esquerda argentina hoje: a fragilidade do “poder simbólico” criado pelos movimentos piqueteiros. Em outras palavras, a falta de uma sólida política de construção de símbolos identitários da luta, de vínculos entre os integrantes das organizações e, sobretudo, de identificação das pessoas com o movimento. Resumindo, numa palavra que conhecemos muito bem, trata-se da “mística”. Sem essa força, sem esse “sentimento de pertença” que agrega as pessoas em torno de um coletivo, de um movimento, não há muito como resistir a um contexto de ofensiva da classe dominante.

Não que os piqueteiros não tenham a sua “mística”. Por exemplo, o bloqueio de estradas com acampamentos de semanas, as grandes panelas dos “sopões”

feitos nos acampamentos, as enormes e coloridas bandeiras utilizadas em marchas, barricadas feitas de pneus queimando, os paus e os lenços cobrindo o rosto contra a repressão. Todas as ações e símbolos que representaram a revolta organizada do povo pobre da periferia de Buenos Aires, e que serviram para gerar vínculos entre as pessoas e fortalecer as organizações, forjando para muitos uma “identidade piqueteira”, principalmente no período de ascenso dos movimentos, em que também as conquistas econômicas aumentavam com o calor das lutas. Mas parece que isso não bastou para gerar, na maioria das pessoas, uma identificação que fizesse com que o movimento fosse mais do que um lugar onde conseguir “planes” e “cestas básicas”, além de trabalhar 4 horas por dia.

Algo disso se pode vislumbrar num recente estudo da antropóloga argentina, Julieta Quirós (Cruzando la Sarmiento. Editorial Antropofagia, 2006). Julieta pôde perceber, acompanhando a um importante movimento, que as narrativas da maior parte das pessoas envolvidas com a organização, em algum momento, esbarravam em um “estou com os piqueteiros”, referindo-se aos piqueteiros como: “os outros”, e não como “nós”. Em parte, isso se explica pelas intensas campanhas midiáticas que bombardeavam todo tipo de estereótipo negativo a que já estamos acostumados quando se trata de pobres organizados. Mas, por outro lado, isso também se deve a uma grande dificuldade das organizações em responder a outras necessidades, que não somente as “materiais”.

Pensemos, por um momento, nas condições de vida dos milhões de habitantes da periferia de Buenos Aires (ou de qualquer metrópole latino-americana). Está cada vez mais difícil sobreviver. A precarização total das relações de trabalho, que torna a maioria das pessoas dependentes de “bicos”, não permite ter um mínimo de perspectiva de futuro. Isso, por si só, já é um tremendo gerador de angústia. Some-se a isso as humilhações cotidianas que chegam pela TV, pela polícia ou pelos patrões, mais a falta de acesso a saúde, à educação, ao lazer etc. Precisamos de válvulas de escape muito fortes para sobreviver a tais condições de vida: pode ser o alcoolismo, ou outros tipos de dependência química, a agressividade sem controle, a depressão e uma série de outras reações defensivas. Não é de se admirar a expansão das igrejas pentecostais e de todo o tipo de seitas pela América Latina, talvez o fenômeno social mais importante dos últimos anos. Estas instituições têm sabido responder a anseios profundos das classes populares. Elas dão “sentido pra vida”, fazem as pessoas sentirem-se parte de um coletivo que as fortalece, criam rituais com altas cargas de emoção e dão a esperança de uma vida melhor no futuro, seja aqui, seja no céu.

Claro, quase sempre com formas regressivas, com soluções individualistas e de adaptação ao sistema. Mas e nós? Qual a resposta revolucionária, ou emancipadora, que temos, nos movimentos populares urbanos, para as angústias concretas que o capitalismo impõe aos milhões de pobres das periferias urbanas de nosso continente?

No caso argentino, parece se tratar de uma pergunta que começa a ser formulada por algumas organizações piqueteiras, ainda que de forma tímida.

Uma delas é a Frente Popular Darío Santillán (FPDS), criada há dois anos, para reagregar mais de uma dezena de organizações (não somente “piqueteiras”) que se encontravam isoladas depois de inúmeras cisões, e que vem desenvolvendo um importante trabalho a partir de seu “setor de cultura” (aliás, diga-se de passagem, em textos e conversas com militantes do movimento, o MST é sempre a inspiração para os companheiros de lá, alguns inclusive já estiveram em encontros e espaços de formação organizados pelos sem terra).

Ações como a “guerrilha simbólica” que mudou o nome da estação de trem onde foram assassinados os companheiros Darío Santillán e Maximiliano Kosteki, para “Estação Darío y Maxi” (ex-Avellaneda), que hoje possui uma exposição permanente com obras que lembram o massacre, além de reunir centenas de pessoas em atos nos dias 26 de cada mês (ambos foram assassinados em 26/06/2002), conformando um espaço de elaboração coletiva do “trabalho de luto”. Vale dizer que graças a essa mobilização, dois acusados do massacre pegaram prisão perpétua e outros tantos estão presos. A FPDS também criou um grupo de música, o “Contraviento” (que reúne em torno de 15 militantes e acompanha o movimento em festas, encontros e marchas), uma “murga” (o nosso “bloco de carnaval”), chamada “Mortos de Fome”; vêm realizando “acampamentos de formação”, inspirados nas práticas do MST, além de inúmeras outras atividades culturais permanentes, que agregam a militância, produzem um farto “arsenal identitário” e atraem simpatia de outros setores da sociedade. Em suma, apostam na produção artístico-cultural coletiva como instrumento organizativo e como forma de expressão de sentimentos e desejos de uma comunidade em luta.

A verdade é que ainda engatinhamos neste aspecto tão importante para a construção de movimentos populares de massa, sejam os piqueteiros, sejam os movimentos urbanos brasileiros. Talvez nos falte levar mais a sério uma reflexão, já quase esquecida, que o camarada León Trotsky fez há mais de 80 anos num conjunto de ensaios intitulado Problemas da vida cotidiana: “a necessidade de uma manifestação exterior das emoções é forte e legítima. Se o ‘espetacular’ esteve estritamente vinculado com a Igreja no passado, não há motivo algum pelo qual não possa agora ser separado”.